

CUT e centrais sindicais cobram Barack Obama	01
USW agradece solidariedade	02
Manuel Campos fala sobre as redes sindicais	03
Criada rede sindical latino-americana da ArcelorMittal	04
FITIM promove encontro sobre redes sindicais	05
Por dentro da Líbia	06

INTERNACIONAL

CUT e centrais sindicais cobram Barack Obama

Documento ressalta temas de interesse da classe trabalhadora brasileira

A CUT e as demais centrais Sindicais (CTB, CGTB, Força, Nova Central e UGT) entregaram neste sábado (19) uma carta aberta ao presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, com temas de interesse da classe trabalhadora brasileira.

Carta aberta a Barack Obama, Presidente dos Estados Unidos da América



Senhor Presidente,

As centrais sindicais, por ocasião da visita oficial de Vossa Excelência ao Brasil, externam algumas considerações e preocupações sobre temas de elevado interesse dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, como as que seguem:

1 - O movimento sindical brasileiro considera importante o fortalecimento do comércio entre o Brasil e os EUA. As relações comerciais entre os dois países apresentam sérios desequilíbrios. O Brasil acumula um crescente déficit comercial com os EUA, que passou dos US\$ 4,4 bilhões em 2009 para US\$ 7,7 bilhões em 2010, um aumento de 75%;

Tal situação é resultado, dentre outros motivos, da depreciação forçada do valor do dólar norte-americano e da imposição de injustas barreiras à entrada de produtos brasileiros nos EUA, especialmente de etanol, produtos siderúrgicos, tabaco e suco de laranja, segmentos que desenvolveram competências tecnológicas, produtivas e comerciais suficientes para atender o mercado dos EUA, sem utilizar qualquer tipo de procedimento que se contraponha às regras de comércio internacional estabelecidas pela Organização Mundial de Comércio – OMC.

Demandamos a pronta retirada de todas as barreiras comerciais contra tais produtos, o que, no curto prazo, recolocaria o comércio entre nossos países em níveis mais justos, fazendo com que a balança comercial convirja para o equilíbrio;

2 - Defendemos que o comércio internacional deve ser objeto de mais regulação. São necessárias medidas concretas para combater o protecionismo e os subsídios nas economias centrais, especialmente relativos aos produtos agrícolas e às compras governamentais, além de tornar efetivas cláusulas sociais e o estabelecimento de padrões trabalhistas mínimos, baseados no respeito às Convenções e Resoluções da Organização Internacional do Trabalho – OIT e das legislações nacionais, como forma de reduzir as graves assimetrias verificadas no comércio internacional. >>>

>>> CUT e centrais sindicais cobram Barack Obama

É fundamental estabelecer marcos regulatórios à atuação das empresas multinacionais, sendo que, no caso das relações trabalhistas, significa fortalecer e garantir os direitos das organizações sindicais com representação dos dois países e o diálogo social;

3 - Queremos expressar nossa solidariedade aos servidores públicos de Wisconsin e de outros estados e aos sindicatos norte-americanos em luta contra as medidas de restrição das atividades sindicais e das negociações coletivas aprovadas por parlamentos locais.

Causa-nos estranheza, e por isso deixamos aqui nossos protestos, que sob a alegação de "razões orçamentárias" alguns governos estaduais norte-americanos venham a atingir e, inclusive, extinguir direitos básicos conquistados pelos funcionários públicos, fato grave que, por estar ocorrendo na maior economia do mundo, pode servir como "efeito demonstração" a outros países.

Demandamos o respeito aos ditames da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho – OIT que, embora não ratificada pelos EUA, é uma referência mundial e uma garantia importante dos direitos dos servidores públicos à plena liberdade de organização, à negociação coletiva, à expressão e manifestação;

4 - Apoiamos e consideramos positivas as negociações diplomáticas entre os governos do Brasil e dos EUA para o estabelecimento de um acordo que possibilite aos trabalhadores/as brasileiros que contribuam com a previdência social nos EUA e trabalhadores/as norte-americanos que façam o mesmo no Brasil, contabilizem o tempo de serviço fora do país para fins de aposentadoria. Defendemos que o espírito dos avanços instituídos por este acordo seja estendido ao tema da imigração, da necessidade de se legalizar a permanência e o direito ao trabalho dos milhares de brasileiros que atualmente residem nos EUA;

5 - Somamo-nos a todas as mulheres e homens que, em todo o mundo, preconizam uma política internacional de paz, de direitos humanos, de desarmamento, de não-intervenção, de autodeterminação e de soberania dos países e dos povos, elementos essenciais para a conquista de um ambiente político internacional calcado na liberdade e na democracia, princípios fundantes da grande nação norte-americana. Reivindicamos o fim do bloqueio econômico a Cuba, medida que, há décadas, impõe enormes sofrimentos e privações ao povo da ilha caribenha. (CTB)

USW agradece solidariedade

USW elogia centrais brasileiras que cobraram Obama sobre Wisconsin

Em uma carta enviada ao presidente Barack Obama em 19 de março, seis centrais sindicais brasileiras expressaram sua solidariedade com os funcionários públicos em Wisconsin e outros estados que estão lutando para defender os direitos coletivos

A carta, dirigida ao presidente durante sua visita ao Brasil, afirma que os sindicatos brasileiros "estão surpreendidos" e que por isso deveriam registrar o protesto, já que por motivos de razões orçamentárias, alguns governos estaduais dos EUA "estão limitando e até mesmo extinguindo direitos básicos conquistados pelos funcionários públicos."

"Agradecemos profundamente a solidariedade das nossas companheiras e companheiros brasileiros", disse o presidente do Sindicato United Steelworkers, Leo W. Gerard. "O movimento sindical brasileiro lutou para derrubar uma ditadura que proibiu a negociação coletiva. Então eles sabem do que estão falando."

Os sindicatos brasileiros exortaram os Estados Unidos para garantir a "plena liberdade de associação, negociação coletiva e à liberdade de expressão e de reunião" para funcionários públicos.

As seis centrais que assinaram a carta são a CUT, Força Sindical, CTB, UGT, Nova Central e CGTB. Juntas, elas representam cerca de cinco milhões de trabalhadores filiados, e negociam por cerca de 50 milhões de trabalhadores do setor formal no país.

O USW representa 1,2 milhão de trabalhadores ativos e aposentados na América do Norte em uma grande variedade de indústrias e os setores público e privado. (USW; tradução de Valter Bittencourt - Imprensa CNM/CUT)

Manuel Campos fala sobre as redes sindicais

Confira suas opiniões sobre o tema e sobre a realidade sindical e trabalhista no Brasil e na Alemanha:

O português **Manuel Campos**, funcionário político do IG Metall (Sindicato Nacional dos Metalúrgicos na Alemanha) desde 1974, está no Brasil a serviço da FITIM (**Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas**) para coordenar o trabalho de redes sindicais que, segundo ele, são um “ótimo meio político-sindical para o fortalecimento da solidariedade, dos direitos da classe trabalhadora e do diálogo social, com uma finalidade central de ampliar o poder sindical em níveis nacional, regional e global”.



Como o senhor avalia a parceria entre os movimentos sindicais brasileiro e alemão?

Manuel Campos - As parcerias entre o movimento sindical da Alemanha e do Brasil já são de longa data, mas ainda bem restritas. As suas diferentes estruturas – um sindicato metalúrgico e uma central sindical na Alemanha, com relação a milhares de sindicatos e a uma dezena de centrais no Brasil – dificultam certamente uma aproximação maior. Sustento, porém, que, nos dias de hoje, não podemos nos dar mais ao luxo de exclusividades. Mas também é verdade que há a necessidade premente de todos os sindicatos - seja de que lado forem - levarem apenas a bandeira dos direitos dos trabalhadores e não a bandeira partidária. Penso que é sobretudo isto que nos tem dividido, separado e impedido maiores conquistas.

Qual o papel que o senhor desenvolve atualmente em parceria com as Confederações Metalúrgicas no Brasil?

Manuel Campos - Como funcionário do IG Metall, encontro-me locado na sede da Força Sindical em São Paulo a serviço da FITIM para atuar em parceria com a CNM/CUT e CNTM/FS. Meu papel é coordenar em determinadas empresas Multilatinas (multinacionais de origem latino-americano) e Internacionais a criação de novas redes sindicais, em colaboração com os Sindicatos responsáveis nestes países onde se encontram estas empresas, na América Latina, mas acompanhando também outras redes bilaterais (Alemanha-Brasil) já existentes.

Qual a importância deste intercâmbio para o desenvolvimento da classe trabalhadora metalúrgica no Brasil, na Alemanha e nos demais países do mundo?

Manuel Campos - Alguns números e dados sobre a presença alemã no Brasil dão-nos motivos suficientes para alicerçar este intercâmbio. A Alemanha tem no Brasil mais de 1.200 empresas (algumas há mais de 100 anos) e o número vai aumentando. São Paulo é considerada a cidade de maior produção da indústria alemã no mundo. A contribuição destas empresas para o PIB do Brasil e o número de postos de trabalho, por elas criado, são muito significativos. Lembro ainda que, na Europa, as relações Capital/Trabalho se regem por sistemas de muita independência e autonomia entre as partes (por exemplo, a negociação coletiva é feita sem intervenção estatal) e por normas legais que concedem, aos trabalhadores nas empresas e aos seus Sindicatos, uma série de direitos (por exemplo, a representação no local de trabalho, a Cogestão, etc) que os colocam numa posição muito melhor do que no Brasil.

Através das redes sindicais e de empresa, procuramos trazer para as filiais de empresas alemãs no Brasil estes direitos e estas vantagens, não esquecendo que as centrais na Alemanha e as diretorias no Brasil nem sempre apoiam isto. Mas afirmo também que nem todos os Sindicatos estão ainda preparados para esse diálogo. Ele exige do Sindicalista formação, autoconvicção, firmeza e capacidade de negociação. A minha experiência mostra que nas empresas onde isto está sendo praticado o relacionamento entre a Empresa e Sindicato melhorou muito, o respeito mútuo e o diálogo social avançaram, com vantagens para ambas as partes. São estas experiências da Alemanha do Brasil que eu procuro mostrar e multiplicar.

Leia a íntegra da entrevista na página da CNM

Criada rede sindical latino-americana da ArcelorMittal

Um passo importante foi dado pelos Trabalhadores na ArcelorMittal, que criaram uma rede sindical regional da América Latina, que irá além das barreiras de cada planta em nível local, nacional e mundial

Representantes dos sindicatos filiados da FITIM, em locais onde há plantas da ArcelorMittal, reuniram-se nos dias 22 e 23 de março no Rio de Janeiro e acordaram um plano de ação que formaliza a criação de uma rede sindical regional dos Trabalhadores na ArcelorMittal na América Latina.

Estiveram no encontro, representantes sindicais de plantas da empresa na Alemanha, África do Sul, Argentina, Brasil, Estados Unidos, Espanha, Marrocos e México, que durante os dois dias discutiram um plano de ação para a formação da rede. Os sindicalistas manifestaram a importância da criação do grupo, que se encarregará de prestar solidariedade entre os trabalhadores em nível local, regional e mundial.



Práticas antissindicais, organização local, saúde, segurança e meio ambiente, Trabalhadores terceirizados, negociação coletiva, respeito e cumprimento das resoluções internacionais da OIT, são alguns dos temas que se definiram como prioridades da rede. Também a importância de serem reconhecidos pela empresa, nas diversas plantas da região.

Uma das primeiras ações será a formalização dos coordenadores locais, nacionais e um coordenador técnico regional. Vale lembrar que a rede e a FITIM se comprometeram a trabalhar em Trinidad y Tobago e na Venezuela, para integrá-los à rede regional.

A Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas se comprometeu a prestar assistência técnica para que a rede avance e se organize nas próximas semanas e também entregue as ferramentas para que a rede se desenvolva de forma independente, que trabalhe a partir das fábricas até as instancias regionais e mundiais.

“Este foi um encontro histórico para os Trabalhadores na ArcelorMittal que atuam na plantas da América Latina. A criação da rede regional vai tornar muito mais eficaz a luta dos companheiros por mais e melhores condições de trabalho nas plantas da empresa na região”, afirmou o secretário de Finanças da CNM/CUT, José Wagner de Oliveira, que também é representante dos metalúrgicos brasileiros no Comitê Mundial de Saúde e Segurança da ArcelorMittal. (Valeska Soles - FITIM e Valter Bittencourt - CNM/CUT)

Strong Together



A Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos – FITIM, a Federação internacional dos Trabalhadores na Química, Energia e Industrias Diversas - ICEM e a Federação Internacional dos Trabalhadores da Industria Têxtil e da Confecção - FITTVC, que discutem a criação de uma nova estrutura sindical através da fusão de suas entidades, lançaram um boletim trimestral unificado Strong Together (Mais Fortes Unidos) para informar sobre essa nova estrutura internacional.

O boletim pode ser obtido por correspondência para press@imfmetal.org

FITIM promove encontro sobre redes sindicais no Rio de Janeiro

Cerca de 50 dirigentes sindicais metalúrgicos de diversos países debateram durante dois dias a missão das redes, seus resultados e experiências nas empresas transnacionais

Nos dias 24 e 25 de março, a Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas promoveu no Rio de Janeiro a reunião da rede sindical de coordenadores em empresas transnacionais.

Participaram do encontro sindicalistas do Brasil, Alemanha, EUA, Argentina, Finlândia, Suécia, Canadá, Japão e Espanha e Índia, entre outros, representando trabalhadores em empresas como ArcelorMittal, Ford, Caterpillar, Daimler e Gerdau.



O encontro debateu a missão das redes, seus resultados e experiências. O **secretário de Relações Internacionais da CNM/CUT, Valter Sanches**, que representou os metalúrgicos que trabalham na Daimler no Brasil explicou como atua a rede no Brasil e também falou do Comitê Mundial dos Trabalhadores, que representa os interesses dos metalúrgicos da montadora alemã em todo o mundo.

“Já fizemos acordos por meio da rede, que evitou fechamento de plantas e também promovemos solidariedade entre os companheiros por meio de greves nas distintas plantas da Daimler pelo mundo”, afirmou.

O **representante da rede na SKF, Erik Andersson**, explicou que a rede se reúne anualmente com o presidente da companhia, junto com o secretário-geral do sindicato sueco IF Metall. Ele afirmou que a dificuldade com os diferentes idiomas ainda tem sido uma questão a ser superada para criar laços com sindicatos de outros países.

O japonês **Masahiko Ichinowatari, do sindicato IMF-JC**, relatou o funcionamento nas redes de trabalhadores na Honda, Nissan e Toyota, destacando a importância das redes bilaterais, para assim posteriormente iniciar reuniões globais.

Jorge Garcia Orgalles, coordenador das redes sindicais na Tenaris e Gerdau expôs as tarefas do coordenador, apontando especialmente para a busca de oportunidades e a utilização de todos os recursos possíveis para o bom funcionamento de uma rede.

Segundo o secretário-geral adjunto da FITIM, Fernando Lopes, o encontro foi benéfico para o desenvolvimento das redes. “Este tipo de atividade permite que todos conheçam a realidade dos sindicatos, seus problemas e avanços, que são fundamentais para o estabelecimento de novas redes e para potencializar as já existentes”, finalizou. *(Valter Bittencourt - CNM/CUT e Valeska Solis – FITIM)*

FITIM lança publicação sobre redes sindicais

O Programa de Ação da FITIM enfatizou a necessidade de construção de redes em transnacionais

A Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas lançou nesta semana a cartilha que trata das diretrizes elaboradas sobre redes sindicais nas empresas transnacionais.

Segundo o **secretário de Relações Internacionais da CNM/CUT, Valter Sanches**, que é o representante brasileiro no grupo que elaborou a cartilha, o objetivo de atuação do grupo e da publicação é promover a cooperação e solidariedade entre os sindicatos afiliados presentes nas empresas transnacionais do setor de metalurgia, para assegurar parâmetros mínimos aos trabalhadores que estejam em condições de trabalho abaixo dos padrões mínimos esperados.

A experiência prévia na elaboração dos Acordos Marco Internacionais, os AMI's, evidenciou a necessidade de que o processo de estabelecimento de acordos globais seja transparente e compreendido por todos. Segundo Sanches, não é uma tarefa fácil o desenvolvimento e gerenciamento de redes sindicais, mas é algo que tem se tornado uma atividade cada vez mais importante.

Os principais objetivos das redes nas empresas transnacionais é o de unir de forma estratégica e colaborativa os sindicatos como parceiros globais para que progridam os direitos dos trabalhadores nas empresas e nas suas cadeias de suprimento. *(Valter Bittencourt - Imprensa CNM/CUT)*

Cartilha da FITIM sobre TNCs

Por dentro da Líbia

Confira matéria especial publicada na Revista do Brasil

Líbia O país é formado por 140 tribos quase tão importantes quanto o governo. Há 40 anos no poder, o regime de Kadafi oscila entre capitular e hostilizar os interesses dos países ricos, liderados pelos EUA

Confira aqui, com exclusividade, matéria da Revista do Brasil, que sairá na edição de abril, escrita por Renato Pompeu. Para saber mais sobre a Revista do Brasil, clique aqui.

Por dentro da Líbia

Para entender a crise na Líbia, é preciso levar em conta que sua população nunca constituiu uma nação e até hoje é dividida em 140 tribos, na maioria arabizadas e islamitas sunitas, mas ainda restam nas montanhas a oeste populações berberes que falam sua língua original e são islamitas da corrente ibadita.



O país tem 1,7 milhão de quilômetros quadrados, perto de um quarto da superfície do Brasil, mas apenas 6,4 milhões de habitantes (cerca de 500 mil são imigrantes africanos), concentrados nas poucas cidades – como Trípoli, a capital, com mais de 1 milhão de pessoas –, espalhadas por um imenso deserto.

Embora tenha milhares de anos de história, o território líbio só muito recentemente passou a ser uma unidade política. Desde a Antiguidade, suas três regiões – Tripolitânia, Cirenaica e Fezzan – levaram vidas separadas.

As duas primeiras só foram unificadas no século 16, pelo Império Otomano, e a elas o Fezzan se reuniu só no século 19. Nunca tiveram independência, tendo feito parte ainda dos impérios cartaginês, romano e árabe. Em 1911 as três regiões foram ocupadas pela Itália, e nos anos 1930 o nome Líbia foi dado a essa colônia italiana.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1943, a Líbia foi ocupada por tropas britânicas e francesas, que ali instalaram um governo militar. Em 1951 foi proclamada sua independência, sob uma monarquia. Os recursos econômicos eram muito precários, pois a maior extensão do território era desértica.

A Líbia vivia praticamente de doações de países ocidentais, em troca de permitir a permanência de tropas estrangeiras (as últimas saíram em 1966). Só em 1958 é que foi descoberto o petróleo, mas em menos de uma década seus rendimentos se tornaram altos. A monarquia do rei Ídris foi derrubada em 1969, num movimento militar liderado pelo jovem coronel Muamar Kadafi, então com apenas 27 anos. Com os dólares do petróleo, o regime de Kadafi subsidiou uma espécie de populismo redistributivo, a que foi dado o nome de socialismo.

Apesar de seu governo ter proclamado uma “democracia de base”, um tanto inspirada nos moldes soviéticos, ou, mais exatamente, nos vigentes em Cuba, o grosso da população se sente mais ligado à tribo de cada um do que ao governo. Não existiram, durante todo o regime do ditador, partidos políticos. São as tribos que proporcionam empregos e assistência social. Milenarmente, as 140 eram compostas de pastores de gado que se encarregavam também da proteção aos raros poços d’água no imenso deserto e aos caminhos das caravanas.

Com o petróleo, a partir de 1958, algumas foram enriquecendo e cerca de 30 delas têm hoje importância política maior que as outras. Essas últimas são as que migraram do deserto rumo ao norte, para as cidades, quase todas litorâneas, principalmente para Trípoli e Bengasi. A tribo de Kadafi, por exemplo, também chamada Kadafi, instalou-se em Sirte, onde há um terminal marítimo de exportação de petróleo. >>>

>>> Por dentro da Líbia

A oeste, no entanto, ficou a maior tribo, a Wafalla. Desta é que tinha saído o rei Ídris, e seus membros nunca se conformaram com o domínio de Kadafi, a quem encaram com desprezo. Eles o veem como se fosse um criador de cabras que se tornou um novo rico. Como se consideram a nobreza da Líbia, logo aderiram ao movimento contra o ditador. Também se voltaram em massa contra ele as tribos mais a leste, como os Zuwaya, que sempre se julgaram discriminadas em seu governo.

Durante duas décadas, Kadafi tentou minar o poder das tribos, procurando substituí-las por estruturas sociais mais “modernas”. Mas, a partir de 1993, levando em conta o ditado “se você não pode vencê-los, junte-se a eles”, passou a consolidar ainda mais o poder delas.

Esse não foi seu único recuo; nos últimos anos se reaproximou do Ocidente. Seu socialismo esteve mesclado a um nacionalismo pan-árabe e a uma estrita obediência aos preceitos islamitas, por isso mesmo tinha um forte viés anticomunista.

Depois da guerra árabe-israelense de 1973, Kadafi liderou o movimento para reduzir as exportações de petróleo para os países ocidentais aliados de Israel. Como o Egito, em seguida, se aproximou de Israel, ele se afastou do regime do Cairo. No que restou dos anos 1970, teve de enfrentar numerosas tentativas de golpe de Estado, sempre fomentadas por tribos que se julgavam prejudicadas por seu governo.

Nos anos 1980, numerosos exilados líbios em países europeus foram assassinados, em crimes atribuídos aos serviços secretos de Kadafi.

Também houve enfrentamentos com aviões e navios de guerra americanos no Golfo de Sidra, que o governo líbio considera águas territoriais e o dos Estados Unidos julga águas internacionais.

Em 1988, agentes líbios foram acusados do atentado contra um avião americano de passageiros na Escócia, em que morreram 270 pessoas, e no ano seguinte contra um avião francês, também de passageiros, no Níger, matando 170 pessoas. Instado a entregar a um tribunal internacional suspeitos identificados como participantes desses atentados, Kadafi se recusou – e a Líbia passou a figurar nas listas de países envolvidos com o terrorismo feitas pelos Estados Unidos e pela Europa Ocidental, chegando a sofrer sanções da ONU e também sanções unilaterais americanas.

Em 1999, Kadafi fez uma mudança tão radical em suas relações internacionais quanto a que fizera nas relações com as tribos. Entregou a um tribunal internacional os suspeitos do atentado ao avião na Escócia, o que levou a ONU a suspender suas sanções, e em 2003 concordou em pagar US\$ 2,7 bilhões em indenizações às famílias das vítimas e ainda renunciou a ter armas químicas, biológicas e nucleares, obtendo também a suspensão das sanções americanas.

O socialismo tribal de Kadafi passou então a conviver com capitais estrangeiros – até que, a partir de fevereiro último, uma juventude antiautoritária se revoltou, somada às tribos que já não eram simpáticas ao regime, insurgindo-se para derrubá-lo.

O país é formado por 140 tribos quase tão importantes quanto o governo. Há 40 anos no poder, o regime de Kadafi oscila entre capitular e hostilizar os interesses dos países ricos, liderados pelos EUA.

Pelo fim da intervenção militar na Líbia

A **Executiva Nacional da CUT**, em sua reunião de 1º de março deste ano, adotou uma resolução apoiando a luta dos povos e trabalhadores/as do norte da África e do Oriente Médio. Em particular sobre a Líbia, a resolução afirmava que “é com preocupação que a CUT acompanha movimentos por parte de grandes potências, como os EUA, que deslocam navios para o litoral líbio, prenúncio de uma intervenção militar externa inaceitável. Cabe ao povo líbio, assim como aos povos do Egito e da Tunísia, decidir de forma soberana, sem ingerência estrangeira, os seus próprios destinos.”